

PALAVRAS PRONUNCIADAS PELO PROCURADOR-GERAL AO ENSEJO DA ASSINATURA DO CONVÊNIO FIRMADO COM O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL PARA EDIÇÃO DA *REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

O ato de criação desta Revista, na singeleza de sua aparência, oculta significado de grande alcance para a instituição do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

É engano imaginar que as coisas da justiça devam sempre esconder-se sob a cortina do anonimato. Apenas sua via de divulgação deve ser mais discreta e serena.

Enquanto o Parlamento deve ser aberto à oxigenação da opinião pública, no momento efervescente da normatização do direito, na saltitância febril de sua gênese, a aplicação da norma vai realizar-se já no remanso das águas profundas.

Para um, portanto, quanto maior a gama de opiniões discutida e avaliada, menor é o risco da norma imperfeita; para a outra, porém, nefasta e contraproducente é a influência das opiniões menos refletidas e ligeiras, porque maior o risco da decisão injusta.

Por isso, enquanto para a divulgação do noticiário do Parlamento útil e salutar é a imprensa periódica, pelo poder que tem de lançar, na concomitância da elaboração da lei, o fogo cruzado das opiniões, já para as coisas da justiça úteis e salutareas são os livros e revistas especializadas, de comunicação desapaixonada, lenta e meditada.

O Parlamento elabora a lei, mas não se desinteressa de sua aplicação. Ao contrário, sua ação pede resposta de validade e desempenho social que só a experiência pode dar, porque direito é experiência.

Daí a ligação direta entre o Parlamento, a Magistratura e o Ministério Público. Estes, como aplicadores do direito, são também o laboratório de sua experiência.

O Senador Moacyr Dalla, ao subscrever com o Procurador-Geral o convênio que possibilita a edição da revista do Ministério Público, dá provas de que é realmente um estadista. Em meio à ebulição dos dias que correm, na antevéspera de uma disputada eleição presidencial, acha tempo para lançar ao solo uma semente de Carvalho.

Isto muito nos alegra e conforta, e evidencia a importância de estarem todos os comandos guarnecidos com homens de estatura, capazes de responder presente ao momento histórico das grandes decisões. É esse, seguramente, o caso do Dr. Aloísio Barbosa de Souza, na direção do Serviço Gráfico do Senado, a quem particularmente se deve o exame primeiro da proposta, sua aceitação e encaminhamento, com parecer favorável, à decisão política do Presidente.

É esse também o caso do meu colega e auxiliar, Dr. Pedro Luiz de Assis, que foi o intermediário vitorioso nas negociações.

Esperamos que, ao regressar para a próxima Legislatura, o Parlamentar brasileiro já possa contar com mais uma contribuição cultural em sua mesa de trabalho, com informações sobre essa tão pouco conhecida e tão mal compreendida instituição, que é o Ministério Público.